

## EDITORIAL

# Empreendedorismo e startups no Brasil: perspectivas em pesquisa

PROFA. DRA. ISABELLA FRANCISCA FREITAS GOUVEIA DE VASCONCELOS<sup>1</sup>  
PROF. DR. HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY<sup>1</sup>

<sup>1</sup> FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS / ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, RIO DE JANEIRO – RJ, BRASIL

Nesta edição do periódico **Cadernos EBAPE.BR**, os artigos tratam: dos temas Filosofia e Administração, ao analisar as contribuições dos estudos de Jürgen Habermas com a gestão social; da Filosofia da Libertação, no artigo do autor Enrique Dussel; de um estudo crítico sobre consumo no Brasil; e dos diversos aspectos sob os quais o tema empreendedorismo é abordado nas revistas científicas brasileiras no campo de Administração.

Além disso, na construção de nossa área do conhecimento no Brasil, em Administração de Empresas, um estudo analisa o sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio de uma reflexão sobre as notas atribuídas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Apresentamos, ainda, alguns estudos sobre sustentabilidade e as novas tecnologias da era informacional e seus efeitos, bem como um estudo sobre um grupo de mães e sua identidade social.

Esta edição se mostra coerente com a tradição do **Cadernos EBAPE.BR** de apresentar diversas correntes teóricas, de modo democrático, e tratar de temas como inclusão social, justiça social, identidade, estudos críticos e reflexões analíticas sobre o aprimoramento da pesquisa e da construção de nossa área do conhecimento em Administração de Empresas.

Além de ensaios teóricos e estudos sobre os temas indicados, esta edição traz um trabalho sobre empreendedorismo, tema fundamental em um país como o Brasil, onde as estatísticas mostram que muitas empresas são criadas todos os anos.

Em recente estudo realizado na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV EBAPE) sobre as causas do declínio organizacional e os possíveis caminhos para superá-lo a partir da compreensão de suas causas, o autor Claudio Natale Corno (2018), orientado pelo Prof. Dr. Álvaro Bruno Cyrino, mostra que o Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem hoje 4,5 milhões de empresas, em sua grande maioria de pequeno e médio porte, sendo o brasileiro um povo empreendedor. No entanto, o tempo médio de vida das empresas brasileiras (considerando todas as empresas, inclusive as de grande porte) é de 11 anos. O estudo indica que existem apenas 13 empresas em operação no Brasil que foram fundadas até o século XIX, entre elas a Casa da Moeda (1694) e o jornal *O Estado de S. Paulo* (1875). O estudo de Claudio Natale Corno (2018) revela que, segundo estatísticas do Cadastro Central de Empresas (Cempre), dentre as pequenas e médias empresas criadas em 2010, somente 38% conseguiram sobreviver até 2015 – tendo em vista os anos de crise econômica. Muitos autores têm estudado as causas da falência das empresas justamente para evitar esse fato e instituições de ensino como a Universidade de Harvard têm realizado diversos estudos de caso para compreender as causas do declínio organizacional com vistas a superá-lo.

Diante desse cenário, o conceito de *resiliência organizacional* se mostra importante, pois trata da superação da crise e da reinvenção da empresa em novo patamar de complexidade organizacional, seja para superar crises econômicas ou fazer face às rupturas tecnológicas. Nesse sentido, em setembro de 2017, o periódico **Cadernos EBAPE.BR** publicou uma edição especial (volume 15) dedicada ao tema resiliência organizacional; no artigo “Organizações pós-burocráticas e resiliência organizacional: a institucionalização de formas de comunicação mais substantivas nas relações de trabalho”, os autores Isabella Francisca Freitas Gouveia de Vasconcelos, Alvaro Bruno Cyrino, Leonardo Araújo de Carvalho e Lucas Martins d’Oliveira tratam da resiliência organizacional, assim como outros 9 artigos dessa edição (alguns deles ensaios teóricos), em estudos dedicados à compreensão desse conceito, sendo uma de suas definições a *capacidade da organização superar a crise, reinventando-se e recriando-se em um novo patamar de complexidade, para fazer face às rupturas com sucesso*.

Assim, para lidar com as rupturas econômicas e a maior complexidade tecnológica, de modo a evitar o declínio organizacional, além de autores reconhecidos, como Henry Mintzberg (1994), que trata de formas organizacionais (em especial da adhocracia), autores como Charles Heckscher (2007) refletem sobre qual tipo de organização e interação no trabalho seria adaptado às características do período em que vivemos. Esse tema é abordado em estudos como *The Collaborative Enterprise: Managing Speed and Complexity in Knowledge-Based Businesses* (HECKSCHER, 2007) e *The Post-Bureaucratic Organization: New Perspectives on Organizational Change* (HECKSCHER e DONNELLON, 1994). Assim, novos desenhos organizacionais e novas formas de trabalho são propostos como forma de permitir que as organizações se adaptem e/ou se repensem, evitando o declínio organizacional, tendo em vista as estatísticas que demonstram o atual período de turbulência e incerteza.

Ainda tratando desses temas, em outra perspectiva, recente estudo realizado na FGV EBAPE por Ivandro de Almeida Oliveira (2018), orientado pelo Prof. Dr. Istvan Karoly Kasnar, tem a hipótese de que muitas empresas (incluindo as de grande porte) fecham as portas mais cedo por ter objetivos de ganhos a curto prazo, perdendo a visão estratégica de longo prazo. Oliveira (2018) mostra como a participação de empresas financeiras em empresas não financeiras pode afetar a estratégia de segmento que elas traçariam para competir em seus mercados, visando a retornos rápidos e de curto prazo. Por não privilegiar o longo prazo, tais empresas podem afetar o mercado negativamente no longo prazo e outras empresas do segmento, ao segui-las, podem prejudicar a saúde desse mercado específico, bem como o país, o que também poderia explicar o declínio de muitas empresas. Assim, o estudo analisa os mecanismos regulatórios no Brasil e em outros países, como os Estados Unidos da América (EUA), que dificultam ou proibem a participação de empresas financeiras (que visam a altos lucros a curto prazo) em empresas não financeiras.

Sejam quais forem as causas do declínio organizacional, esse é um tema relevante de pesquisa, tendo em vista os atuais cenários econômicos mostrando que, mesmo em se tratando de inovação tecnológica radical, apenas 25% das *startups* brasileiras sobrevivem após 3 anos de sua criação. Diversos estudos vêm sendo realizados em estratégia e em organizações com vistas a compreender tais cenários econômicos e possibilitar que as empresas sobrevivam por mais tempo e tenham maior sucesso.

Nesse sentido, o **artigo 3** desta edição traça um “mapa” dos principais estudos sobre empreendedorismo no Brasil.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

PROFA. DRA. ISABELLA FRANCISCA FREITAS GOUVEIA DE VASCONCELOS

PROF. DR. HÉLIO ARTHUR REIS IRIGARAY

EDITORES

## ARTIGOS

---

O artigo 1 **“Discutindo a natureza ideológica dos delineamentos teóricos habermasianos e sua apropriação pela gestão social no campo da administração”**, de Erik Persson e Luís Moretto Neto tem o objetivo de discutir o caráter ideológico dos delineamentos teóricos de Jürgen Habermas acerca de sua noção de esfera pública no bojo de sua teoria democrática deliberativa, bem como sua apropriação teórico-conceitual pela gestão social no campo da administração.

O artigo 2 **“Uma perspectiva pós-colonial sobre organizações consumeristas no Brasil”**, de Marcus Wilcox Hemais, tem por objetivo apresentar, a partir da perspectiva pós-colonial, uma visão sobre o movimento consumerista no Brasil pouco discutida na literatura de consumerismo, analisando como e porque padrões eurocêntricos de proteção ao consumidor foram incorporados ao movimento e como a adoção desse modelo resultou em limitados avanços na proteção aos consumidores no país.

O artigo 3 **“Pesquisa em empreendedorismo (2000-2014) nas seis principais revistas brasileiras de administração: lacunas e direcionamentos”**, de Antonio Benedito de Oliveira Junior, Cristiane Chaves Gattaz, Roberto Carlos Bernardes e Edson Sadao Iizuka fez uma revisão sistemática de pesquisas sobre empreendedorismo publicadas nas seis Principais Revistas de Administração Brasileiras (PRAB) – Revista de Administração de Empresas, Revista de Administração, Revista de Administração Contemporânea, Revista de Administração Pública, *Brazilian Administration Review* e Organização & Sociedade, durante o período 2000-2014, procurando identificar desafios e oportunidades em pesquisa.

O artigo 4 **“Enrique Dussel e a Filosofia da Libertação nos Estudos Organizacionais”**, de Felipe Fróes Couto e Alexandre de Pádua Carrieri revisita, de modo didático e não exaustivo, as principais ideias de Enrique Dussel e sua Filosofia da Libertação mostrando que a base positiva dessa filosofia nos desafia a romper com o silêncio das vozes dos oprimidos, dos explorados ou das vítimas, que não foram considerados agentes relevantes na construção da sociedade moderna (mulheres, índios, escravos, sertanejos etc.), baseando-se nos conceitos de *totalidade*, *exterioridade*, *alienação*, *mediação*, *proximidade* e *libertação*.

O artigo 5 **“Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes”**, de Roberto Patrus, Helena Belintani Shigaki e Douglas Cabral Dantas tem por objetivo apontar algumas distorções no sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no Brasil, em particular na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, a partir da história da própria Capes. A análise dessa história possibilitou concluir que a mudança da atribuição de notas de 1 a 5 para 1 a 7, adotada nos anos 1990, não se fez acompanhar de uma mudança do sistema de avaliação da Capes, que ainda se vale de notas de 1 a 5 para avaliar os programas em cada um de seus quesitos.

O artigo 6 **“O impacto do arranjo institucional brasileiro no controle político sobre a burocracia”**, de Iana Alves de Lima tem por objetivo discutir quais características do sistema político brasileiro dificultam o controle político da burocracia e, conseqüentemente, prejudicam a *accountability* no país. Por meio de revisão da literatura sobre o tema e debate teórico, investiga-se em que medida as instituições do presidencialismo de coalizão brasileiro facilitam ou dificultam o controle burocrático, o que pode impactar o resultado das políticas públicas.

O artigo 7 **“A participação de cooperativas nas políticas públicas habitacionais no Brasil e no Uruguai”**, de Raquel Gomes Valadares e de Tiago Augusto da Cunha mostra que a política econômica segregadora e a inexistência ou ineficiência de políticas habitacionais são aspectos que aprofundam as desigualdades sociais entre os diferentes segmentos de renda. O Uruguai, por meio da chamada “Ley de Vivienda”, buscou solucionar a debilidade habitacional positivando o direito à moradia e regulamentando a inserção de cooperativas ao acesso às políticas públicas. A lei, ainda em vigor, possibilita que o bem imóvel seja tratado como direito, não apenas como propriedade, e permite que as cooperativas atuem no processo de planejamento, execução e administração dos projetos habitacionais, princípio compreendido como autogestão.

O artigo 8 **“O consumo de tecnologia como estruturante identitário: uma discussão teórico-metodológica fundamentada pela Semiótica francesa”**, de Vitor Moura Lima e Luís Alexandre Grubits de Paula Pessôa, adotando a perspectiva da teoria da cultura do consumo (*consumer culture theory* – CCT) como base para a discussão, este ensaio teórico tem por objetivo apresentar a semiótica discursiva de linha francesa como uma alternativa teórico-metodológica para o estudo do papel do consumo de tecnologia no processo de construção identitária do consumidor.

O artigo 9 **“Identificação de mecanismos para a ampliação da transparência em portais de dados abertos: uma análise no contexto brasileiro”**, de Rodrigo Hickmann Klein, Deisy Cristina Barbiero Klein e Edimara Mezzomo Luciano mostra que dados abertos governamentais (DAG) são aqueles disponibilizados de modo gratuito por entes governamentais e podem ser livremente utilizados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa. O artigo analisa como os portais de DAG precisam atender a uma série de mecanismos para que a descoberta, a extração e o aproveitamento dos dados possam ser realizados de forma efetiva pela sociedade.

O artigo 10 **“Resistência à vigilância eletrônica: a resposta dos gestores de equipes de teleatendimento”**, de Rômulo Andrade de Souza Neto, Anatália Saraiva Martins Ramos e Gabriela Figueiredo Dias mostra que a resposta dos gestores à resistência e à vigilância eletrônica afeta o formato da resistência e seus efeitos na organização. Contudo, há escassez de pesquisas sobre a resposta dos gestores a esses comportamentos, permanecendo as seguintes questões sem resposta: “Como os gestores respondem à resistência à vigilância eletrônica?”; e “O que os leva a responder dessa forma?”. Para respondê-las, o estudo em questão busca compreender a resposta dos gestores à resistência à vigilância eletrônica.

O artigo 11 **“Influência da sustentabilidade e da inovação na intenção empreendedora de universitários brasileiros e portugueses”**, de Luis Eduardo Brandão Paiva, Tereza Cristina Batista de Lima, Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças, Eugénia Maria Dores Maia Ferreira e Raimundo Eduardo Silveira Fontenele, analisa a influência do comportamento sustentável e inovador na intenção empreendedora dos estudantes universitários brasileiros e portugueses. Busca-se desenvolver um modelo embasado na teoria do comportamento planejado para a intenção empreendedora, na teoria da adaptação-inovação para o comportamento inovador e na dimensão sustentável. A pesquisa foi desenvolvida mediante uma *survey* exploratória com universitários da Universidade Federal do Ceará (Brasil) e da Universidade do Algarve (Portugal).

O artigo 12 **“A regulamentação como indutora de tecnologias ambientais para a redução de emissões tóxicas em veículos leves no Brasil”**, de Orlando de Salvo Junior e Maria Tereza Saraiva de Souza mostra que, nos últimos anos, diversos países adotaram ações para mitigar as emissões tóxicas dos automóveis e, principalmente, reduzir riscos à saúde pública. Pesquisas indicam uma relação estatisticamente significativa entre monóxido de carbono (CO) e doenças respiratórias. A regulamentação teve um papel vital na definição de metas e padrões que fomentaram o desenvolvimento tecnológico dos automóveis. O objetivo deste artigo é analisar o papel da regulamentação como indutora da inovação tecnológica ambiental na redução de emissões tóxicas de veículos leves fabricados no Brasil.

O artigo 13 **“De comunidade de prática a rede de práticas: um estudo da evolução de uma comunidade startups da cidade de Belo Horizonte”**, de Tatiane Barleto Canizela Guimarães, Luciana Castro Gonçalves e Gláucia Maria Vasconcellos Vale, explorando as interfaces entre a literatura sobre comunidades de práticas e redes de práticas em contexto de inovação, o artigo analisa as trocas de conhecimentos e outros recursos, no interior da comunidade de empreendedores de San Pedro Valley, localizada na cidade de Belo Horizonte, Brasil. Ao mostrar o processo evolutivo de participação/reificação que aí se desenvolve, permite observar como de um grupo informal emerge uma comunidade de prática interorganizacional, que se transforma, progressivamente, em uma rede de práticas, seguindo um continuum, onde a prática e o ecossistema se fortalecem e coevoluem, conjuntamente.

O artigo 14 **“Estresse, retaliação e percepção de injustiça nas organizações: proposição de modelo teórico integrativo”**, de Jesuína Maria Pereira Ferreira, Kely César Martins de Paiva, Jair Nascimento Santos, Michelle Regina Santana Dutra tem por finalidade avançar nas reflexões sobre os fenômenos denominados *estresse*, *retaliação* e *percepção de injustiça* e, por meio da análise de suas inter-relações, propor um modelo teórico que os integre. Para tanto, a literatura especializada demonstrou que a percepção de injustiça pode ser considerada variável antecedente para que o estresse ocupacional se desenvolva e, por sua vez, a retaliação se efetive. Assim, a percepção de injustiça é considerada na conexão para o entrelaçamento entre estresse ocupacional e retaliação.

O artigo 15 **“Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati”**, de Sara Fernandes Picheth e Priscilla Borgonhoni Chagas tem por objetivo analisar as interfaces entre territorialidade e identidade, por meio das vivências de mães pertencentes ao Maternati – Grupo de Apoio a Gestantes e Mães de Maringá/PR. Busca-se compreender como as identidades são moldadas pelo pertencimento a um território. Para tal, os autores se pautam principalmente pela dimensão simbólica de território, com enfoque sobre os conceitos de territorialidade e identidade e adotam como estratégia metodológica o estudo de caso único.

## REFERÊNCIAS

---

CORNO, N. C. **Uma análise da percepção de empresários sobre os fatores motivadores do insucesso de suas companhias**. 2018. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - FGV EBAPE, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, I. A. **A participação dos bancos em empresas não-financeiras, seus efeitos e a regulação no Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) - FGV EBAPE, Rio de Janeiro, 2018.

HECKSCHER, C. **The Collaborative Enterprise: Managing Speed and Complexity in Knowledge-Based Businesses**. Yale: Yale University Press, 2007. 360p.

HECKSCHER, C.; DONNELLON, A. **The Post-Bureaucratic Organization: New Perspectives on Organizational Change**. New York: SAGE Publications, 1994.

VASCONCELOS, I. F. F. G. et al. Organizações pós-burocráticas e resiliência organizacional: a institucionalização de formas de comunicação mais substantivas nas relações de trabalho. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. esp., p. 377-389, jul. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/70346>>. Acesso em: 06 Nov. 2018.

Profa. Dra. Isabella Francisca Freitas Gouveia de Vasconcelos

Doctorat es Sciences de Gestion, HEC-Ecole des Hautes Etudes Commerciales, França (2000); Doutorado em Administração de Recursos Humanos, FGV EAESP (1997); Pós-Doutorado em Rutgers the New Jersey State University; Professora Adjunta da FGV EBAPE; Pesquisadora no CNAM – Conservatoire National D’Arts et Metiers, França. E-mail: isabella.vasconcelos@fgv.br

Prof. Dr. Hélio Arthur Reis Irigaray

Doutor e Mestre em Administração de Empresas pela FGV EAESP e PUC-Rio, respectivamente; Bacharel em Economia pela University of Northern Iowa, EUA; Professor adjunto da FGV EBAPE e do programa CIM – Corporate International Masters, da Georgetown University, Washington, EUA; Líder do tema Diversidade e Relações de Trabalho, na linha de Gestão de Trabalho (ANPAD). E-mail: helio.irigaray@fgv.br